AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROPOSTA DE PREÇOS
(FUNDAMENTO: Art. 75, II da Lei Nº 14.133/21)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00047/2026
DISPENSA Nº 00005/2026
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO, Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de se promover processos de **contratações** transparentes em face das **dispensas** DIRETAS através de DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no Art. 75, II da Lei Nº 14.133/21, torna público que realizará Chamamento Público para convocação de propostas de preços que constitui objeto do presente Termo a pretensa:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: ATÉ AS 13h (PROTOCOLO VIA E-MAIL OU PROTOCOLO PRESENCIAL) DO DIA 12/11/2026.
JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: DIA 12/11/2026 às 14h
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO E ENDEREÇO PARA PROTOCOLO PRESENCIAL: **contratacoesdiretas@joaoalfredo.pe.gov.br** Rua 13 de Maio, nº 45, bairro Boa Vista, João Alfredo/PE

1 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE GRAMA, MUDAS DE ESPÉCIES ARBÓREAS, PALMEIRAS, PLANTAS ORNAMENTAIS, VASOS, ELEMENTOS DECORATIVOS, TERRA VEGETAL, SUBSTRATOS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO, PLANTIO, REVITALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DE PRAÇAS, JARDINS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO/PE.

1.1 O critério de julgamento será de menor preço global.

1.2 Nos termos do Art. 75 § 3º da Lei Federal 14.133/2021, será realizada a publicação de aviso em sítio eletrônico oficial, com a descrição do objeto e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, assegurando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, conforme § 4º do mesmo artigo, destaca-se que, após a conclusão do processo de contratação, os autos serão devidamente publicizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assegurando a transparência e permitindo amplo controle social e fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade.

Dessarte, a dispensa de licitação em análise observa os ditames da Lei nº 14.133/2021, respeitando as exigências de publicidade e de busca da proposta mais vantajosa, com a devida comunicação ao PNCP ao término da contratação, garantindo, assim, a lisura e a conformidade do procedimento com os princípios norteadores da Administração Pública.

1.3 A contratação será em lote único, conforme tabela. constante abaixo.

ITEM	CATMAT/EFISCO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	69558	GRAMA, EM PLACAS, DIMENSÕES: 25 × 50 CM - CATMAT 69558.	M²	660	R$ 21,65	R$ 14.289,00
2	635075	MUDA DE PLANTA, ALTURA: 1,50 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Tronco íntegro, sem danos ou quebras , Espécie 3: Dracaena fragrans (Pau-d'água / Dracena-malaia) **- CATMAT (635075)**	UND	15	R$ 63,53	R$ 952,95
3	626723	MUDA DE PLANTA, TIPO: ÁRVORE , ESPÉCIE 2: Jasmim Manga , ALTURA: 250 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS - **CATMAT (626723)**	UND	40	R$ 17,49	R$ 699,60
4	624837	MUDA DE PLANTA, TIPO: Arvoreta , ESPÉCIE: Croton , ALTURA: 100 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (624837)**	UND	27	R$ 36,03	R$ 972,81
5	625825	MUDA DE PLANTA, TIPO: BROMÉLIA IMPERIAL , ESPÉCIE 2: ALCANTAREA IMPERIALIS , ALTURA: 1,5 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625825)**	UND	10	R$ 126,93	R$ 1.269,30
6	611166	MUDA DE PLANTA, TIPO: FIGUEIRA , ALTURA: 150 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS, SAUDÁVEL PRONTA PARA P - **CATMAT (611166)**	UND	5	R$ 221,80	R$ 1.109,00
7	625827	MUDA DE PLANTA, TIPO: GUAIMBÊ , ESPÉCIE 2: PHILODENDRON BIPINNATIFIDUM , ALTURA: 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625827)**	UND	10	R$ 36,03	R$ 360,30
8	609154	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: BUCHINHO NATURAL , ALTURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609154)**	UND	30	R$ 65,11	R$ 1.953,30
9	609383	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: BUGANVÍLIA , ALTURA: 100 CM, COR FLORAÇÃO: DIVERSAS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609383)**	UND	10	R$ 29,70	R$ 297,00
10	609243	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: DRACENA CORDYLINE CHOCOLATE , ALTURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609243)**	UND	200	R$ 17,83	R$ 3.566,00
11	609226	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: DRACENA TRICOLOR , ALTURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609226)**	UND	20	R$ 16,79	R$ 335,80
12	610351	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: IPÊ-ROXO , ALTURA: 150 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (610351)**	UND	20	R$ 165,19	R$ 3.303,80

13	609250	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: MOREIA IRIS , ALTURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609250)**	UND	50	R$ 27,34	R$ 1.367,00
14	607114	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: ONZE-HORAS , ALTURA: 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (607114)**	UND	200	R$ 10,41	R$ 2.082,00
15	625727	MUDA DE PLANTA, TIPO: PALMEIRA , ESPÉCIE 2: ARECA DE LOCUBA , ALTURA: 200 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625727)**	UND	10	R$ 116,65	R$ 1.166,50
16	625100	MUDA DE PLANTA, TIPO: PALMEIRA , ESPÉCIE 2: Palmeira-rabo-de-raposa , ALTURA: 200 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625100)**	UND	20	R$ 117,40	R$ 2.348,00
17	619757	MUDA DE PLANTA, TIPO: PLEOMELE VARIEGATA , ESPÉCIE 2: DRACAENA REFLEXA , ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS, SAUDÁVEL PRONTA PARA P **- CATMAT (619757)**	UND	200	R$ 17,36	R$ 3.472,00
18	5014344	MUDA - DRACENA, VERMELHA BABY PEQUENA (CORDYLINE TERMINALIS) - **E-FISCO/PE (5014344)**	UND	50	R$ 16,26	R$ 813,00
19	5014344	MUDA - DRACENA, VERMELHA BABY GRANDE (CORDYLINE TERMINALIS) - **E-FISCO/PE (5014344)**	UND	20	R$ 32,09	R$ 641,80
20	608085	PEÇAS / COMPONENTES - JARDINAGEM, TIPO: SEPARADOR/LIMITADOR DE GRAMA , MATERIAL DO CORPO: POLIETILENO RECICLADO , COMPRIMENTO: 30 M, COR: VERDE , ALTURA: 10 CM **- CATMAT (608085)**	UND	1	R$ 301,74	R$ 301,74
21	340853	PLANTA ORNAMENTAL, ESPÉCIE: IXÓRIA , ALTURA VASO: 70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SACO PLÁSTICO , COR: VERMELHA **- CATMAT (340853)**	UND	700	R$ 10,91	R$ 7.637,00
22	150264	PLANTA ORNAMENTAL, NOME: MINI RAPHIS - **CATMAT (150264)**	UND	3	R$ 42,28	R$ 126,84
23	251334	PLANTA ORNAMENTAL, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: PALMEIRA RAPHIS - **CATMAT (251334)**	UND	30	R$ 27,12	R$ 813,60
24	603666	SEIXO ROLADO, MATERIAL: ARGILA EXPANDIDA , TAMANHO: GRANULOMETRIA MÉDIA MM, APLICAÇÃO: DRENAGEM CONSTRUÇÃO, ISOLAMENTO ACÚSTICO,EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 18 KG - **CATMAT (603666)**	SACOS	30	R$ 65,32	R$ 1.959,60
25	231428	SEIXO ROLADO, MATERIAL: PEDRA, TAMANHO: GRANULOMETRIA MÉDIA , APLICAÇÃO: DECORAÇÃO DE JARDIM, EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 15 KG - **CATMAT (231428)**	SACOS	50	R$ 28,07	R$ 1.403,50

26	615310	SUBSTRATO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUBSTRATO BALANCEADO E INSENTO DE PRAGAS E DOENÇAS , APLICAÇÃO: HORTICULTURA, PLANTAS FLORESTAIS E ORNAMENTAIS , MATERIAL: MISTURA BALANCEADA DE MATERAIS ORGÂNICOS ENRIQUECI, EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 5 KG - **CATMAT (615310)**	SACOS	10	R$ 10,78	R$ 107,80
27	5597161	JARDINEIRO (HORISTA) - **E-FISCO/PE (5597161)**	UND	1	R$ 5.463,10	R$ 5.463,10
28	218316	TERRA VEGETAL, APLICAÇÃO: PLANTAS ORNAMENTAIS , INGREDIENTES: TERRA PRETA , DOSAGEM: MATERIAL INERTE - 10 PER, EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 40 KG **- CATMAT (218316)**	SACOS	500	R$ 10,78	R$ 5.390,00
29	378263	VASO, MATERIAL: CIMENTO/CONCRETO, COR: BRANCA , ALTURA: 45 CM, LARGURA: 30 CM **- CATMAT (378263)**	UND	10	R$ 86,50	R$ 865,00
30	325781	VASO TIPO CAQUEIRA, MATERIAL FIBRA DE COCO, TIPO SUSPENSO, COM SUPORTE/CORRENTE PARA FIXAÇÃO, PRÓPRIO PARA CULTIVO DE PLANTAS, COM SISTEMA DE DRENAGEM **- CATMAT (325781)**	UND	3	R$ 63,11	R$ 189,33
VALOR TOTAL: R$ 65.256,67 (Sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos)						

1.4 Nos termos do Art. 72, I da 14.133/21, justifica-se a dispensa de realização Estudo Técnico Preliminar para este processo.

2 PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

2.1. A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do e-mail contratacoesdiretas@joaoalfredo.pe.gov.br ou entregues no endereço acima indicado, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA Nº 00005/2026.**

2.2. Limite para entrega da Proposta de Preços e documentação no endereço físico ou no endereço de e-mail: **12/11/2026 até às 13h (horário definido para a opção de entrega presencialmente ou eletrônico).**

2.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.4. JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: 12/11/2026 às 14h.

2. INFORMAÇÕES: Podem ser obtidas através do telefone (81) 2011-4400 ou através do e-mail: contratacoesdiretas@joaoalfredo.pe.gov.br.

3. O PRAZO DE EXECUÇÃO SERÁ DE: 05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da ordem de fornecimento/serviço pela contratada.

4. FORMA DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Em até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Infraestrutura:

ÓRGÃO: 02.00 PODER EXECUTIVO
UNIDADE: 02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS
PROGRAMA: 1545115021.037 CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

Saúde:

ÓRGÃO:02.00 PODER EXECUTIVO
UNIDADE: 02.20 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA: 1012210002.060 GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO FMS
PROGRAMA: 1030210022.073 MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA
PROGRAMA: 1030110012.067MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES – ESF/EAP
PROGRAMA: 1030110012.069 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS APS
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Educação:

ÓRGÃO 03.00 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 03.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA: 1236101882.094 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
ÓRGÃO 03.00 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 03.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA: 1212204012.089 GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Administração:

Órgão: 02.00 PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA: 0412204012.015 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

6. DOCUMENTAÇÃO PARA SER APRESENTADA: DEVERÁ APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO DE 24 HORAS APÓS SER A ESCOLHIDA COM MENOR PREÇO GLOBAL.

6.1. QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Cópia da cédula de identidade dos sócios os responsáveis legais.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II. Ressalta-se que, nos casos em que a certidão seja emitida por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), a apresentação das certidões de 1º e 2º grau é suficiente para fins de comprovação da regularidade, não sendo necessária a apresentação cumulativa de outras certidões adicionais, desde que atendam às disposições da Instrução Normativa do TJPE nº 07/2014, da Resolução CNJ nº 185/2013 e da Lei nº 11.419/2006, ou normativos equivalentes da jurisdição competente.

Qualificação Técnica

b) Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o Agente de Contratação possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

c) O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;

d) A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Agente de Contratação.

6.3. OUTRAS EXIGÊNCIAS:

a) Proposta de Preços;
b) Declarações, Modelo Anexo IV.

6.4. DA DILIGÊNCIA

a) Poderá ser utilizado a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/) e será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

7.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

7.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

7.1.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

7.1.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

7.1.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

7.1.5. sociedades cooperativas.

8. DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

9.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.1.1. contiver vícios insanáveis;
9.1.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
9.1.3. apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;
9.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
9.1.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
9.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo a ser fornecido desde que não haja majoração do preço.
9.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
9.3.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
9.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
9.5. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

10.4. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, (n*os termos do art. 156, §3º da Lei nº 14.133, de 2021 valor do contrato)* por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. (art. 156, §9º)

11.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e no sítio eletrônico do município, como também em jornal de circulação.

12.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

12.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.3 As providências dos subitens 12.2.1 e 12.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

12.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

12.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

12.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

João Alfredo-PE, 29 de Outubro de 2026.

Alessandra Santos e Silva
Secretária de Educação, Tecnologia e Inovação

Hérllon Adamylls Mariano Ramos
Secretário de Infraestrutura, Meio Ambiente e Projetos Especiais

Laura Maria de Souza e Souza
Secretária de Administração

Maria Giselda da Silva
Secretária de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO

(Processo Administrativo n°00047/2026)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de jardinagem, paisagismo e arborização, com fornecimento de grama, mudas de espécies arbóreas, palmeiras, plantas ornamentais, vasos, elementos decorativos, terra vegetal, substratos e demais materiais e insumos necessários, incluindo mão de obra para implantação, plantio, revitalização e organização paisagística de praças, jardins e demais espaços públicos do Município de João Alfredo/PE.

As características e especificações do objeto ora licitado são:

ITEM	CATMAT/EFISCO	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	69558	GRAMA, EM PLACAS, DIMENSÕES: 25 × 50 CM - CATMAT 69558.	M²	660	R$ 21,65	R$ 14.289,00
2	635075	MUDA DE PLANTA, ALTURA: 1,50 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Tronco íntegro, sem danos ou quebras , Espécie 3: Dracaena fragrans (Pau-d'água / Dracena-malaia) **- CATMAT (635075)**	UND	15	R$ 63,53	R$ 952,95
3	626723	MUDA DE PLANTA, TIPO: ÁRVORE , ESPÉCIE 2: Jasmim Manga , ALTURA: 250 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS - **CATMAT (626723)**	UND	40	R$ 17,49	R$ 699,60
4	624837	MUDA DE PLANTA, TIPO: Arvoreta , ESPÉCIE: Croton , ALTURA: 100 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (624837)**	UND	27	R$ 36,03	R$ 972,81
5	625825	MUDA DE PLANTA, TIPO: BROMÉLIA IMPERIAL , ESPÉCIE 2: ALCANTAREA IMPERIALIS , ALTURA: 1,5 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625825)**	UND	10	R$ 126,93	R$ 1.269,30
6	611166	MUDA DE PLANTA, TIPO: FIGUEIRA , ALTURA: 150 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS, SAUDÁVEL PRONTA PARA P - **CATMAT (611166)**	UND	5	R$ 221,80	R$ 1.109,00
7	625827	MUDA DE PLANTA, TIPO: GUAIMBÊ , ESPÉCIE 2: PHILODENDRON BIPINNATIFIDUM , ALTURA: 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625827)**	UND	10	R$ 36,03	R$ 360,30
8	609154	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: BUCHINHO NATURAL , ALTURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609154)**	UND	30	R$ 65,11	R$ 1.953,30

9	609383	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: BUGANVÍLIA , ALTURA: 100 CM, COR FLORAÇÃO: DIVERSAS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609383)**	UND	10	R$ 29,70	R$ 297,00
10	609243	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: DRACENA CORDYLINE CHOCOLATE , ALTURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609243)**	UND	200	R$ 17,83	R$ 3.566,00
11	609226	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: DRACENA TRICOLOR , ALTURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609226)**	UND	20	R$ 16,79	R$ 335,80
12	610351	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: IPÊ-ROXO , ALTURA: 150 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (610351)**	UND	20	R$ 165,19	R$ 3.303,80
13	609250	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: MOREIA IRIS , ALTURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (609250)**	UND	50	R$ 27,34	R$ 1.367,00
14	607114	MUDA DE PLANTA, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: ONZE-HORAS , ALTURA: 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAUDÁVEL, PRONTA PARA PLANTIO **- CATMAT (607114)**	UND	200	R$ 10,41	R$ 2.082,00
15	625727	MUDA DE PLANTA, TIPO: PALMEIRA , ESPÉCIE 2: ARECA DE LOCUBA , ALTURA: 200 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625727)**	UND	10	R$ 116,65	R$ 1.166,50
16	625100	MUDA DE PLANTA, TIPO: PALMEIRA , ESPÉCIE 2: Palmeira-rabo-de-raposa , ALTURA: 200 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS **- CATMAT (625100)**	UND	20	R$ 117,40	R$ 2.348,00
17	619757	MUDA DE PLANTA, TIPO: PLEOMELE VARIEGATA , ESPÉCIE 2: DRACAENA REFLEXA , ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS, SAUDÁVEL PRONTA PARA P **- CATMAT (619757)**	UND	200	R$ 17,36	R$ 3.472,00
18	5014344	MUDA - DRACENA, VERMELHA BABY PEQUENA (CORDYLINE TERMINALIS) - **E-FISCO/PE (5014344)**	UND	50	R$ 16,26	R$ 813,00
19	5014344	MUDA - DRACENA, VERMELHA BABY GRANDE (CORDYLINE TERMINALIS) - **E-FISCO/PE (5014344)**	UND	20	R$ 32,09	R$ 641,80
20	608085	PEÇAS / COMPONENTES - JARDINAGEM, TIPO: SEPARADOR/LIMITADOR DE GRAMA , MATERIAL DO CORPO: POLIETILENO RECICLADO , COMPRIMENTO: 30 M, COR: VERDE , ALTURA: 10 CM **- CATMAT (608085)**	UND	1	R$ 301,74	R$ 301,74
21	340853	PLANTA ORNAMENTAL, ESPÉCIE: IXÓRIA , ALTURA VASO: 70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SACO PLÁSTICO , COR: VERMELHA **- CATMAT (340853)**	UND	700	R$ 10,91	R$ 7.637,00
22	150264	PLANTA ORNAMENTAL, NOME: MINI RAPHIS - **CATMAT (150264)**	UND	3	R$ 42,28	R$ 126,84

23	251334	PLANTA ORNAMENTAL, TIPO: NATURAL , ESPÉCIE: PALMEIRA RAPHIS - **CATMAT (251334)**	UND	30	R$ 27,12	R$ 813,60
24	603666	SEIXO ROLADO, MATERIAL: ARGILA EXPANDIDA , TAMANHO: GRANULOMETRIA MÉDIA MM, APLICAÇÃO: DRENAGEM CONSTRUÇÃO, ISOLAMENTO ACÚSTICO,EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 18 KG - **CATMAT (603666)**	SACOS	30	R$ 65,32	R$ 1.959,60
25	231428	SEIXO ROLADO, MATERIAL: PEDRA, TAMANHO: GRANULOMETRIA MÉDIA , APLICAÇÃO: DECORAÇÃO DE JARDIM, EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 15 KG - **CATMAT (231428)**	SACOS	50	R$ 28,07	R$ 1.403,50
26	615310	SUBSTRATO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUBSTRATO BALANCEADO E INSENTO DE PRAGAS E DOENÇAS , APLICAÇÃO: HORTICULTURA, PLANTAS FLORESTAIS E ORNAMENTAIS , MATERIAL: MISTURA BALANCEADA DE MATERAIS ORGÂNICOS ENRIQUECI, EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 5 KG - **CATMAT (615310)**	SACOS	10	R$ 10,78	R$ 107,80
27	5597161	JARDINEIRO (HORISTA) - **E-FISCO/PE (5597161)**	UND	1	R$ 5.463,10	R$ 5.463,10
28	218316	TERRA VEGETAL, APLICAÇÃO: PLANTAS ORNAMENTAIS , INGREDIENTES: TERRA PRETA , DOSAGEM: MATERIAL INERTE - 10 PER, EMBALAGEM: SACOS CONTENDO 40 KG **- CATMAT (218316)**	SACOS	500	R$ 10,78	R$ 5.390,00
29	378263	VASO, MATERIAL: CIMENTO/CONCRETO, COR: BRANCA , ALTURA: 45 CM, LARGURA: 30 CM **- CATMAT (378263)**	UND	10	R$ 86,50	R$ 865,00
30	325781	VASO TIPO CAQUEIRA, MATERIAL FIBRA DE COCO, TIPO SUSPENSO, COM SUPORTE/CORRENTE PARA FIXAÇÃO, PRÓPRIO PARA CULTIVO DE PLANTAS, COM SISTEMA DE DRENAGEM **- CATMAT (325781)**	UND	3	R$ 63,11	R$ 189,33
VALOR TOTAL: R$ 65.256,67 (Sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos)						

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 a 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, considerando que suas especificações, características e padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.12 2.1 A presente contratação decorre da necessidade de promover a implantação, revitalização, recuperação e melhoria paisagística de praças, jardins e demais espaços públicos do Município de João Alfredo/PE, mediante a execução de serviços de jardinagem e paisagismo, associados ao fornecimento dos materiais, plantas, mudas, insumos e elementos ornamentais necessários à adequada execução das intervenções.

12.13 As praças, jardins e áreas verdes municipais constituem importantes espaços de convivência, circulação, lazer e integração da população, além de contribuírem diretamente para a organização da

paisagem urbana e para a melhoria das condições ambientais. Considerando a exposição contínua às condições climáticas, o desgaste natural da vegetação e a necessidade de renovação e complementação dos elementos paisagísticos, torna-se necessária a realização de intervenções voltadas à recomposição de canteiros, ao plantio de novas espécies, à arborização, à ornamentação e à melhoria das áreas verdes.

A demanda abrange 7 locais ou conjuntos de áreas públicas do Município de João Alfredo/PE: Praça Padre Cícero; Pátio da Prefeitura Municipal; Praça Nossa Senhora da Conceição e suas áreas de entrada; Jardim da Unidade Mista Joana Amélia Cavalcanti; Jardim da Secretaria de Educação, Tecnologia e Inovação; Praça do Ginásio Poliesportivo Djair Santos; e Praça Calumbi. As intervenções deverão considerar as características físicas, as condições existentes e as necessidades específicas de cada local, de modo a orientar a distribuição dos materiais, das espécies vegetais e dos elementos paisagísticos previstos na contratação.

A definição dos itens que compõem a contratação deverá estar fundamentada nas necessidades identificadas em cada uma das áreas contempladas, considerando as características físicas dos locais, as condições existentes da vegetação, a configuração dos canteiros, os espaços disponíveis para plantio e a finalidade das intervenções. A seleção das espécies vegetais, dos materiais de acabamento e dos elementos ornamentais deverá observar a compatibilidade entre os itens, as condições de cultivo e o desenvolvimento das plantas, buscando uma composição paisagística harmônica e organizada nos espaços públicos municipais.

A escolha dos itens deverá guardar correspondência com as intervenções de implantação, revitalização e recomposição paisagística pretendidas pela Administração, de modo que cada material, espécie vegetal ou elemento ornamental previsto na planilha possua finalidade definida na execução do objeto. A definição dos quantitativos deverá decorrer do levantamento das necessidades de cada local, considerando as áreas destinadas ao plantio, os pontos de implantação das espécies vegetais e a quantidade de materiais e insumos necessários à execução dos serviços.

Para atender à necessidade identificada, a contratação deverá contemplar o fornecimento e a implantação de grama, mudas de espécies arbóreas, palmeiras e plantas ornamentais destinadas à composição de canteiros e jardins, além de vasos, separadores e delimitadores de jardim, seixos rolados, substrato agrícola, terra vegetal e demais materiais necessários à execução e ao acabamento paisagístico.

A composição dos espaços poderá incluir diferentes espécies vegetais com características ornamentais e paisagísticas, tais como árvores, palmeiras, dracenas, moreias, pleomeles, ixoras, buchinhos, buganvílias e outras plantas ornamentais. A utilização desses elementos deverá considerar as particularidades de cada local, incluindo o porte e o desenvolvimento das espécies, a exposição solar, a finalidade paisagística e as condições de cultivo, visando à adequada composição dos jardins e das áreas verdes.

A contratação deverá abranger, ainda, a mão de obra de jardineiro para a preparação dos locais, a distribuição e aplicação de terra vegetal e substratos, a implantação da grama, a abertura e preparação dos pontos de plantio, o plantio das mudas e espécies ornamentais, a instalação de vasos e elementos decorativos, a organização dos canteiros e a realização dos acabamentos necessários. A integração entre o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços busca assegurar que os elementos adquiridos sejam devidamente implantados nos locais indicados pela Administração, evitando o fornecimento isolado sem a correspondente instalação.

As intervenções apresentam finalidade ambiental e urbanística, considerando que a ampliação e a adequada organização das áreas verdes contribuem para o sombreamento, o conforto térmico, a melhoria da paisagem urbana, a valorização dos espaços públicos e o aumento da presença de vegetação no ambiente urbano, favorecendo a utilização das praças e dos jardins pela população.

Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária para viabilizar uma solução integrada de jardinagem, paisagismo e arborização, reunindo os materiais, as espécies vegetais, os elementos ornamentais, os insumos e a mão de obra indispensáveis à implantação e à revitalização dos espaços públicos municipais. Busca-se, assim, favorecer a durabilidade das intervenções, a adequada aplicação dos recursos públicos e a melhoria das condições estéticas, ambientais e funcionais das praças, dos jardins e das demais áreas contempladas no Município de João Alfredo/PE.

12.14 2.2. A presente contratação possui natureza técnica e, embora não tenha sido inicialmente contemplada no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 (publicado no PNCP em 29/05/2025, sob o ID nº 307744000000153-0-000001/2026), sua necessidade foi formalizada pelo setor requisitante e analisada em conformidade com o art. 12, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, que trata do planejamento das contratações públicas. Para tanto, foi elaborado o Estudo, que comprova a pertinência e a viabilidade da contratação, restando imprescindível sua efetivação a fim de suprir carências da Administração Pública e garantir o cumprimento das diretrizes federais. Ressalta-se, por fim, que a presente demanda será inserida no próximo Plano de Contratações Anual, em observância ao princípio do planejamento e às diretrizes de eficiência e economicidade previstas na legislação vigente.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de jardinagem, paisagismo e arborização, com fornecimento de plantas, mudas arbóreas e ornamentais, grama, vasos, elementos decorativos, terra vegetal, substratos e demais materiais e insumos necessários, incluindo mão de obra para preparação, implantação, plantio, organização e acabamento paisagístico das praças, jardins e demais espaços públicos do Município de João Alfredo/PE.

A contratação deverá proporcionar uma solução integrada, contemplando não apenas o fornecimento dos produtos, mas também sua correta aplicação e implantação nos locais indicados pela Administração. A execução compreenderá, conforme a necessidade de cada área, a preparação e adequação dos canteiros, distribuição de terra vegetal e substrato, implantação da grama, abertura e preparação dos locais de plantio, plantio das mudas, palmeiras e espécies ornamentais, disposição dos vasos, instalação de separadores ou delimitadores, aplicação de seixos decorativos e realização dos demais serviços necessários ao adequado acabamento dos ambientes.

As espécies vegetais deverão ser fornecidas em condições adequadas de desenvolvimento e sanidade, apresentando aspecto saudável, boa formação, sistema radicular compatível com seu porte, ausência de pragas, doenças, danos físicos relevantes ou sinais de deficiência que possam comprometer seu desenvolvimento após o plantio. Deverão ser observadas as espécies, alturas, dimensões e demais características estabelecidas na planilha de especificações da contratação, não sendo admitido o fornecimento de exemplares incompatíveis com as condições previstas.

A solução contempla o fornecimento de grama e diferentes espécies arbóreas e ornamentais, incluindo, conforme especificações da planilha, exemplares de pata-de-vaca, ipê, palmeiras, buchinho, buganvília, dracenas, moreias, pleomeles, ixoras e demais espécies selecionadas para composição paisagística. As características relativas à espécie, porte, altura, apresentação e condições fitossanitárias deverão obedecer às especificações individualizadas de cada item.

Também integram a solução os vasos ornamentais, em materiais, formatos e dimensões definidos nas especificações; os separadores ou delimitadores de jardim, destinados à organização e acabamento dos canteiros; os seixos rolados, utilizados para composição e acabamento paisagístico; além de terra vegetal e substrato agrícola, com características apropriadas ao cultivo das espécies previstas, de modo a proporcionar condições favoráveis ao enraizamento e desenvolvimento inicial da vegetação.

A mão de obra de jardineiro deverá ser empregada na execução das atividades necessárias à implantação do projeto paisagístico, incluindo manuseio adequado das plantas e materiais, preparação do solo, plantio, distribuição dos elementos ornamentais e demais procedimentos necessários para que os espaços sejam entregues devidamente organizados e em condições adequadas de utilização e conservação.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange desde a seleção, fornecimento, transporte e acondicionamento adequado das espécies e materiais até sua implantação definitiva nos locais determinados. O transporte das plantas deverá ocorrer de maneira a evitar quebra de galhos, danos às

folhas, raízes e torrões, desidratação ou qualquer condição que possa comprometer a sobrevivência e o desenvolvimento das espécies.

Na fase de implantação, deverão ser observadas as características de cada espécie e as condições do local de plantio, especialmente quanto ao espaço disponível, incidência solar, condições do solo, porte da planta e finalidade paisagística. A adequada implantação busca reduzir perdas de mudas e necessidade de reposições precoces, contribuindo para maior durabilidade da intervenção e melhor aproveitamento dos recursos empregados.

Após a implantação, os elementos vegetais passarão a integrar permanentemente as áreas verdes municipais, estando sujeitos ao desenvolvimento natural e às rotinas posteriores de conservação, irrigação, poda, adubação e manejo realizadas pela Administração, quando necessárias. Os elementos não vegetais deverão apresentar resistência e durabilidade compatíveis com sua utilização em ambientes externos, especialmente vasos, delimitadores e materiais destinados à ornamentação dos canteiros.

Ao final da vida útil dos materiais ou quando necessária eventual substituição de espécies vegetais, deverá ser priorizada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, especialmente resíduos vegetais, embalagens, recipientes, materiais plásticos e demais elementos decorrentes da execução, evitando seu descarte irregular em vias, praças ou áreas verdes.

Dessa forma, a solução foi estruturada para proporcionar a revitalização e melhoria paisagística das praças, jardins e áreas públicas de João Alfredo/PE, conciliando fornecimento de produtos adequados, mão de obra para sua correta implantação, qualidade das espécies vegetais, durabilidade dos materiais e racionalidade na manutenção futura, contribuindo para a arborização, valorização da paisagem urbana, conforto ambiental e conservação dos espaços públicos.

A contratação será realizada em lote único, abrangendo o fornecimento dos materiais, das espécies vegetais, dos insumos e dos elementos ornamentais, bem como a mão de obra necessária à execução dos serviços de jardinagem, paisagismo e arborização nos locais indicados pela Administração.

A opção pela contratação conjunta fundamenta-se na necessidade de integração entre o fornecimento dos itens e sua aplicação nos espaços públicos contemplados, de modo a favorecer a compatibilidade entre os materiais, as espécies vegetais e os elementos de acabamento paisagístico, bem como a uniformidade dos critérios de execução e a padronização visual das intervenções.

A execução integrada também busca facilitar a coordenação dos serviços, o acompanhamento da implantação dos elementos paisagísticos e a atribuição de responsabilidades à contratada, reduzindo o risco de incompatibilidades entre fornecimentos e serviços executados por diferentes empresas.

Dessa forma, a adoção do lote único e do critério de julgamento pelo menor preço global deverá mostrar-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração, considerando a integração do objeto, a padronização dos elementos paisagísticos e a avaliação da viabilidade de parcelamento, sem prejuízo à competitividade da contratação.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade relacionados à própria natureza da contratação, deverão ser observados requisitos voltados à adequada execução dos serviços de jardinagem, paisagismo e arborização, especialmente quanto ao fornecimento, transporte, implantação e destinação dos materiais e espécies vegetais utilizados, considerando a sazonalidade das espécies selecionadas, de modo que a escolha, a aquisição e o plantio sejam planejados de acordo com os períodos mais

favoráveis ao desenvolvimento de cada espécie, levando em conta suas características naturais, as condições climáticas, a disponibilidade hídrica e as necessidades específicas de adaptação ao ambiente. Deverá ser priorizada a utilização de espécies compatíveis com as condições ambientais locais e com a época de plantio, evitando o fornecimento e a implantação em períodos desfavoráveis ao seu estabelecimento, a fim de favorecer o enraizamento, o crescimento saudável, a sobrevivência e a durabilidade da vegetação, bem como reduzir perdas de mudas, a necessidade de reposições e o desperdício de recursos materiais e financeiros.

As espécies vegetais deverão ser fornecidas em condições adequadas de desenvolvimento e sanidade, apresentando aspecto saudável, boa formação, sistema radicular compatível com seu porte e ausência de pragas, doenças, danos físicos relevantes ou sinais de deficiência que possam comprometer seu desenvolvimento após o plantio. A seleção e o fornecimento das espécies deverão respeitar sua sazonalidade, considerando os períodos mais adequados para o plantio e o estabelecimento da vegetação, a fim de favorecer sua adaptação, sobrevivência e desenvolvimento. O transporte deverá ser realizado de forma a evitar danos às folhas, galhos, raízes e torrões, bem como a desidratação ou outras condições que possam comprometer a qualidade e a sobrevivência das espécies.

Ao final da vida útil dos materiais ou quando necessária eventual substituição de espécies vegetais, deverá ser priorizada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da execução, especialmente resíduos vegetais, embalagens, recipientes, materiais plásticos e demais elementos utilizados na contratação, evitando seu descarte irregular em vias, praças ou áreas verdes.

A seleção das espécies vegetais especificadas na planilha deverá considerar sua adequação às condições ambientais dos locais de intervenção e a sazonalidade de cada espécie, de modo que o fornecimento e o plantio sejam compatíveis com os períodos mais favoráveis ao seu desenvolvimento. A escolha deverá observar as características de cultivo, a disponibilidade hídrica e as condições climáticas, buscando favorecer a adaptação e a sobrevivência das plantas, reduzir perdas e evitar desperdícios de materiais e recursos financeiros.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, após emissão da ordem de fornecimento/serviço, nos locais indicados para a realização das intervenções.

A execução compreenderá o fornecimento, transporte e implantação dos materiais e espécies vegetais previstos na contratação, incluindo grama, mudas arbóreas e ornamentais, palmeiras, vasos,

separadores ou delimitadores de jardim, seixos rolados, terra vegetal, substrato agrícola e demais materiais e insumos necessários.

Os serviços compreenderão, conforme as necessidades de cada área, a preparação e adequação dos canteiros, distribuição de terra vegetal e substrato, implantação da grama, abertura e preparação dos locais de plantio, plantio de mudas, palmeiras e espécies ornamentais, disposição dos vasos, instalação dos separadores ou delimitadores, aplicação dos seixos decorativos e realização dos demais serviços necessários ao adequado acabamento paisagístico.

A mão de obra do jardineiro deverá ser empregada na preparação do solo, manuseio das plantas e materiais, plantio, distribuição dos elementos ornamentais, organização dos canteiros e demais procedimentos necessários à adequada implantação e acabamento dos espaços.

O transporte das plantas deverá ser realizado de forma a evitar quebra galhos, danos às folhas, raízes e torrões, desidratação ou qualquer condição que possa comprometer a sobrevivência e o desenvolvimento das espécies.

Na implantação, deverão ser observadas as características de cada espécie e as condições do local de plantio, especialmente quanto ao espaço disponível, incidência solar, condições do solo, porte de planta e finalidade paisagística.

As intervenções serão realizadas nas áreas públicas definidas pela Administração, incluindo, entre outros locais, a Praça Padre Cícero, o Pátio da Prefeitura, a Praça Nossa Senhora da Conceição e suas áreas de entrada, o Jardim do Hospital, o Jardim da Educação, a Praça do Ginásio e Praça Calumbi.

O cronograma de realização dos serviços será definido conforme as necessidades de cada área e as determinações da Administração.

Local e horário da prestação dos serviços

Os endereços e horários definidos pela Administração:

Praça Padre Cícero
Rua Treze de maio – 22 – 55720-000 – João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Pátio da Prefeitura Municipal de João Alfredo
Rua Treze de maio – 22 – 55720-000 – João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Praça Nossa Senhora da Conceição
Rua Manoel Alexandre do Nascimento – São José - 55720-000 – João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Jardim da Unidade Mista Joana Amélia Cavalcanti
Avenida Severino Apulio, s/n – Centro – 55720-000 - João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Jardim da Secretaria de Educação, Tecnologia e Inovação
Rua Severino Adrião Gomes da Silva – 54 – 55720-000 – João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Praça do Ginásio Poliesportivo Djair Santos
Rua José Francisco de Barros – 55720-000 – João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Praça Calumbi
Rua Antônio Roberto Lima – 94 - 55720-000 – João Alfredo/PE
De segunda à sexta-feira, no horário de 08h00 às 13h00

Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual a ser definido pela Administração.

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Materiais e insumos para implantação e revitalização paisagística, incluindo grama, terra vegetal, substrato agrícola e demais materiais necessários à preparação, implantação e manutenção dos canteiros e áreas verdes;

Mudas e espécies vegetais ornamentais, incluindo espécies arbóreas, palmeiras e plantas destinadas à composição de jardins e canteiros, conforme especificações e quantitativos previstos na contratação;

Elementos ornamentais e de acabamento paisagístico, incluindo vasos, separadores/delimitadores de jardim, seixos rolados e demais elementos necessários à adequada implantação e acabamento das áreas objeto da intervenção.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Execução de serviços de jardinagem, paisagismo e arborização, compreendendo a implantação, revitalização e recuperação de praças, jardins e demais áreas públicas do Município de João Alfredo/PE, incluindo preparação dos locais, implantação de grama, plantio de mudas e espécies ornamentais, organização de canteiros e execução dos acabamentos necessários;

Fornecimento dos materiais, insumos e elementos necessários à execução dos serviços, incluindo grama, mudas de espécies arbóreas, palmeiras e plantas ornamentais, terra vegetal, substrato agrícola, vasos, separadores/delimitadores de jardim, seixos rolados e demais materiais previstos nas especificações e quantitativos da contratação;

Execução das intervenções em diferentes espaços públicos municipais, incluindo, a Praça Padre Cícero, o Pátio da Prefeitura, a Praça Nossa Senhora da Conceição e suas áreas de entrada, o Jardim do Hospital, o Jardim da Educação, a Praça do Ginásio e a Praça Calumbi, considerando as características e necessidades específicas de cada local;

Para o dimensionamento da proposta, deverão ser considerados o fornecimento dos materiais e insumos, as espécies vegetais especificadas, os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, bem como a mão de obra de jardineiro para a preparação, implantação e acabamento das áreas objeto da contratação, observados os quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e

termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Verificação da regularidade da documentação da Contratada e da manutenção das condições de habilitação exigidas durante a execução contratual;

Conferência dos documentos necessários ao processamento dos pagamentos, observando os serviços efetivamente atestados pelo fiscal técnico e os materiais fornecidos e aplicados na execução do objeto;

Registro e acompanhamento de eventuais ocorrências administrativas relacionadas à execução contratual, comunicando à Contratada as irregularidades identificadas e acompanhando sua regularização;

Acompanhamento da vigência contratual, dos prazos estabelecidos e das eventuais necessidades de alteração, prorrogação ou encerramento do contrato, com comunicação ao gestor para adoção das providências cabíveis.

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto será aferida da qualidade da prestação dos serviços.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados,

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5(cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição

de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA de licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL

A adoção do critério de menor preço global deverá estar fundamentado na justificativa para a contratação em lote único, considerando a necessidade de integração entre o fornecimento dos materiais, das espécies vegetais, dos insumos e dos elementos ornamentais e a execução dos serviços de implantação e acabamento paisagístico. A contratação conjunta busca favorecer a compatibilidade entre os itens, a padronização dos elementos utilizados, a uniformidade da execução e a coordenação das intervenções nos diferentes locais, devendo a opção demonstrar-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração.

Exigências de habilitação

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio dos documentos de habilitação solicitados.

É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Cópia da cédula de identidade dos sócios os responsáveis legais.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II. Ressalta-se que, nos casos em que a certidão seja emitida por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), a apresentação das certidões de 1º e 2º grau é suficiente para fins de comprovação da regularidade, não sendo necessária a apresentação cumulativa de outras certidões adicionais, desde que atendam às disposições da Instrução Normativa do TJPE nº 07/2014, da Resolução CNJ nº 185/2013 e da Lei nº 11.419/2006, ou normativos equivalentes da jurisdição competente.

Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para a execução do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa licitante executou serviços compatíveis e pertinentes em características com o objeto da contratação, especialmente serviços de jardinagem, paisagismo, implantação ou revitalização de áreas verdes, incluindo, quando aplicável, o fornecimento e implantação de materiais, mudas, plantas ornamentais e demais elementos paisagísticos.

Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da contratação, quando devidamente justificadas em razão das características do objeto.

O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;

A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Agente de Contratação.

Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.

9. DAS OBRIGAÇÕES

9.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i) A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

s) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R$ 65.253,37 (Sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Infraestrutura:

ÓRGÃO: 02.00 PODER EXECUTIVO
UNIDADE: 02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS
PROGRAMA: 1545115021.037 CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

Saúde:

ÓRGÃO:02.00 PODER EXECUTIVO
UNIDADE: 02.20 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA: 1012210002.060 GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO FMS
PROGRAMA: 1030210022.073 MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA
PROGRAMA: 1030110012.067MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES – ESF/EAP
PROGRAMA: 1030110012.069 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS APS
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Educação:

ÓRGÃO 03.00 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 03.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA: 1236101882.094 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ÓRGÃO 03.00 ENTIDADE SUPERVISIONADA
UNIDADE: 03.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA: 1212204012.089 GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Administração:

Órgão: 02.00 PODER EXECUTIVO
Unidade: 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA: 0412204012.015 - GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

João Alfredo 06 de outubro de 2026

Alessandra Santos e Silva
Secretária de Educação, Tecnologia e Inovação

Hérllon Adamylls Mariano Ramos
Secretário de Infraestrutura, Meio Ambiente e Projetos Especiais

Laura Maria de Souza e Souza
Secretária de Administração

Maria Giselda da Silva
Secretária de Saúde

ANEXO II – MINUTA TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo n°00047/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI ....., POR INTERMÉDIO DO (A) .....E .....

A ..... por intermédio do(a).....(órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado , inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20 , portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. .../ , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de jardinagem, paisagismo e arborização, com fornecimento de grama, mudas de espécies arbóreas, palmeiras, plantas ornamentais, vasos, elementos decorativos, terra vegetal, substratos e demais materiais e insumos necessários, incluindo mão de obra para implantação, plantio, revitalização e organização paisagística de praças, jardins e demais espaços públicos do Município de João Alfredo/PE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da formalização do instrumento contratual, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. O PRAZO DE EXECUÇÃO SERÁ DE: 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO PELA CONTRATADA

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.1.1. A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do(a) autoridade competente.

3.1.2. A fiscalização da execução do Contrato ficará sob a responsabilidade de servidor designado.

3.2. Caberá à Fiscal do Contrato:

3.2.1. Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

3.2.2. Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;

3.2.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

3.2.4. Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

3.2.5. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;

3.2.6. Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, no Edital e Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;

3.2.7. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;

3.2.8. Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;

3.2.9. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.3. Caberá ao gestor do contrato:

3.3.1. Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.

3.3.2. Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

3.3.3. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

3.3.4. Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;

3.3.5. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal;

3.3.6. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

3.3.7. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor dos Contratos não seja ultrapassado;

3.3.8. Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 65.253,37 (sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos)**

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i) A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

j) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

k) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

l) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

m) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

n) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

p) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

q) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

r) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

u) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
2. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto:

13.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXX

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei

Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça em XXXXXX/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTAS

COLETA DE PREÇOS Nº 00047/2026
DISPENSA Nº 00005/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE GRAMA, MUDAS DE ESPÉCIES ARBÓREAS, PALMEIRAS, PLANTAS ORNAMENTAIS, VASOS, ELEMENTOS DECORATIVOS, TERRA VEGETAL, SUBSTRATOS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO, PLANTIO, REVITALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DE PRAÇAS, JARDINS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO/PE.**

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos do procedimento em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

.....

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R$

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

REFERENTE: COLETA DE PREÇOS Nº 00005/2026
DISPENSA Nº 00005/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que inexiste até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

3.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possuir em seu quadro de pessoal, em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.